

**ATA NÚMERO TRÊS/ANO DOIS MIL E VINTE E DOIS**

RC  
Rui Baptista

-----Aos trinta dias do Mês de Junho do ano de dois mil e vinte e dois, pelas vinte horas e trinta minutos, compareceram na sede da União das Freguesias Mealhada, Ventosa do Bairro e Antes, sita na Av. Dr. Manuel Louzada, em Mealhada, para a **2ª Sessão Ordinária da Assembleia da União de Freguesias**, após Convocatória para o efeito, os seguintes elementos: o Presidente da Mesa da Assembleia da União das Freguesias, Carlos Manuel dos Santos Amorim, 1º Secretário Rui Miguel dos Santos Baptista, 2ª Secretária Ivete Carla Moreira Carrinho, os Vogais, João Carlos Ferreira dos Santos, Vera Mónica de Oliveira Neto, Rui Dinis de Melo Martins, Carlos Humberto Simões Martins, Sofia da Conceição Oliveira Carvalho, Rúben Baptista Fernandes, Rui Guindeira e Ana Catarina de Saldanha Gouveia. -----

-----Estiveram presentes os elementos do Executivo da Junta da União das Freguesias, a saber: o Presidente Abílio Lopes Semedo, o Secretário Filipe Jorge de Melo Amaral Castela Simões, a Tesoureira Carmina Isabel Noronha Parreira e os Vogais Albano Cordeiro Alves Pedro e Ana Cláudia Paiva Fernandes Alves. -----

-----**Livro de Presenças:** Os Elementos supramencionados, antecedendo a abertura da Sessão, apuseram as suas assinaturas no Livro de Presenças existente para o efeito. -----

-----Graça Maria Neves Batista pediu dispensa da sessão.-----

-----António José Duarte faltou á sessão.-----

-----Declarada aberta a Sessão pelo Senhor Presidente da Assembleia da União das Freguesias, deu-se início à sessão com o período de intervenção do público. -----

**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

-----Não existiu qualquer intervenção neste período.-----

**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----Rúben Fernandes questionou, após ser confrontado por alguns habitantes da freguesia, o motivo de os edifícios da junta se encontrarem fechados. Questionou se o facto se devia á baixa médica de um dos funcionários da junta e se a baixa era por um período prolongada. Perguntou ainda como é que as pessoas com dificuldades de deslocação, podiam tratar de assuntos junto dos serviços da Junta de Freguesia.-----

-----O Presidente do executivo Abílio Semedo afirmou não ser médico para poder esclarecer se será uma baixa médica prolongada ou não, e que a falta de um funcionário, e conseqüente fecho de alguns edifícios da junta, sempre foi motivo de preocupação do executivo.-----

-----Esclareceu ainda que a situação já se encontra resolvida através da contratação de um funcionário, a tempo inteiro por um período de um ano.-----

-----Rúben Fernandes questionou como iria o executivo proceder caso a funcionária que se encontra de baixa médica regressasse entretanto ao serviço.-----

-----O Presidente do executivo Abílio Semedo informou que o contrato com o novo funcionário iria ser cumprido.-----

-----Rúben Fernandes referiu que são nos centros populacionais que se ganham eleições, mas que não se deve esquecer os restantes locais. Apresentou algumas fotos, nomeadamente da Capela da Nossa Senhora da Esperança em Barregão, como exemplo do que entende ser descuido no tratamento de alguns locais na freguesia e que são da competência da junta.-----

-----O presidente do executivo Abílio Semedo referiu que os funcionários da junta andaram nos últimos dias em Ventosa do Bairro e que assim que terminassem, era sua intenção manda-los para o Barregão. Disse ainda que é impossível, com a quantidade de funcionários disponíveis, chegar a todo lado ao mesmo tempo e fazer a limpeza das três freguesias em menos de um mês.-----

-----Vera Neto afirmou que o problema das limpezas é um problema que não é só de agora, sempre foi assim.-----

-----Rúben Fernandes manifestou interesse em saber onde o público pode consultar o cadastro de todos os bens que são propriedade da junta, nomeadamente os bens imóveis.-----

-----O presidente do executivo Abílio Semedo informou que o cadastro dos bens, poderia estar desatualizado, mas que os bens se encontram inventariados. Deu como exemplo de alguns terrenos afetos aos cemitérios cuja a situação não está regularizada.-----

-----João Santos interveio para informar que a situação de terrenos em situação irregular é um problema antigo, dando como exemplo o cemitério de Arinhos, em que as extremas não estão bem definidas.-----

-----Alertou ainda para que os funcionários da junta, não executem trabalhos que não sejam da competência da junta porque em caso de acidente de trabalho poderão não estar a coberto do seguro.-----

-----Não havendo mais intervenções passou-se de imediato ao primeiro ponto da ordem do dia.

**PONTO UM DA ORDEM DO DIA – Aprovação da ata da reunião anterior;**-----

-----João Santos referiu que a ata está bem elaborada, que contém toda a informação importante que foi tratada na Assembleia.-----

-----Não havendo questões, procedeu-se à votação, tendo a Assembleia deliberado por

unanimidade, aprovar a ata da reunião anterior.-----

**PONTO DOIS DA ORDEM DO DIA – Apreciação da Informação Escrita do Presidente - ao abrigo da alínea e) do n.º 2 do artigo 9.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro;-----**

-----O Presidente do executivo Abílio Semedo informou estar disponível para esclarecer quaisquer dúvidas que possam existir acerca da informação enviada.-----

-----Rui Martins questionou o executivo se existia algum projeto para um Parque na Póvoa do Garção e se o mesmo está disponível para consulta.-----

-----O Presidente do executivo Abílio Semedo confirmou a existência de um projeto para o referido local tendo o mesmo sido elaborado pelo executivo anterior.-----

-----Rui Martins questionou sobre a possibilidade de o traçado do TGV passar pela freguesia.-----

-----Carmina Parreira confirmou que existe essa hipótese, mas que para já ainda não há traçado definitivo e o mesmo será definido pelo governo. -----

-----Rúben Fernandes questionou o executivo acerca da data de conclusão das obras no Largo do Cruzeiro em Ventosa do Bairro.-----

-----O Presidente do executivo Abílio Semedo referiu que por parte do empreiteiro a obra supostamente está terminada, mas que existe ainda um problema com uma perda de água no fontanário e que a junta não irá liquidar o remanescente da obra enquanto o empreiteiro não resolver o problema.-----

-----Não havendo quaisquer dúvidas ou questões, passou-se ao ponto seguinte da ordem do dia.-

**PONTO TRÊS DA ORDEM DO DIA – Discussão e Aprovação da Primeira Revisão Orçamental;--**

-----O Presidente do executivo Abílio Semedo esclareceu que a revisão é consequência da transferência do saldo do exercício do ano transato e que basicamente consiste no reforço de algumas verbas, dando o exemplo da verba para produtos petrolíferos tendo sido estes alvo de um forte aumento de custo.-

-----João Santos informou concordar com a revisão apresentada, mas alertou para o facto de o documento distribuído pelos presentes, não estar assinado pelos membros do executivo.-----

-----O Presidente do executivo Abílio Semedo informou que poderá ter ocorrido um lapso aquando do envio dos documentos, mas afirmou que os documentos foram devidamente assinados pelo executivo.-----

-----Não havendo mais questões sobre o assunto, procedeu-se à votação, tendo a Assembleia deliberado por unanimidade, aprovar a Primeira Revisão Orçamental-----

IX  
Rui Baptista

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, ao abrigo do disposto no art.º57º n.º3 da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

**PONTO QUATRO DA ORDEM DO DIA – Desagregação da União de Freguesias;**-----

-----O Presidente da Assembleia, Carlos Amorim referiu que a inclusão deste ponto na ordem de trabalhos, tinha como objetivo abrir o debate sobre o assunto e uma primeira análise sobre viabilidade da reversão da agregação das freguesias;-----

-----O Presidente do executivo Abílio Semedo afirmou que o processo de desagregação não é um processo simples e que se terá de refletir seriamente sobre o assunto. Esclareceu que a lei que rege o processo, estipula que tem de partir da iniciativa de pelo menos um terço dos elementos da Assembleia de Freguesia, a criação de um grupo de trabalho para elaborar uma proposta bem estruturada, com os devidos fundamentos e com um estudo de viabilidade económica, para posterior apresentação e aprovação na Assembleia de Freguesia. Adiantou que os custos do estudo de viabilidade económica são elevados e que a proposta para a desagregação terá de passar pela aprovação da Assembleia de Freguesia, Assembleia Municipal e Assembleia da República. Informou também que as comissões instaladoras das novas freguesias, se o processo for avante, apenas poderão tomar posse para preparar as eleições e o funcionamento das novas freguesias seis meses antes das eleições autárquicas. Informou que foi feito um pedido de reunião com o departamento jurídico da Câmara para que se possa esclarecer as dúvidas existentes.-----

-----Vera Neto questionou se o estudo de viabilidade económica não poderia ser realizado por técnicos da Câmara.-----

-----João Santos referiu que a reversão da agregação das freguesias foi uma promessa eleitoral de todos eleitos e que era de opinião que primeiro devia ser o executivo aprovar a desagregação e propor à Assembleia de Freguesia para aprovação e posterior criação de grupo de trabalho. Só após os estudos é que se poderia definir o rumo da proposta.-----

-----Sofia Carvalho questionou se existe a hipótese de não se conseguir desagregar na totalidade e qual a solução para essa hipótese.-----

-----O Presidente do executivo Abílio Semedo afirmou que poderia existir essa hipótese mas que para já não existe solução definida.-----

-----Após pedido de um elemento do público, a Assembleia permitiu a título excecional a intervenção do público neste ponto.-----

-----Pedro Mota questionou se aquando da agregação das Freguesias, existiu algum documento apresentado ao Governo a expressar a vontade contra a agregação.-----

-----O Presidente da Assembleia, Carlos Amorim, referiu que na altura todos os órgãos autárquicos envolvidos foram contra a agregação e existiram outras ações da sociedade civil contra o processo, no entanto o processo acabou por ser aprovado pela Assembleia da República contra a vontade dos eleitos locais.

-----Hugo Santos referiu que o tema da desagregação deveria ser esclarecida e debatida com a população. Sugeriu que se divulgasse os pontos da ordem do dia e que houvesse espaço durante o debate desses mesmos pontos para a intervenção do público.-----

-----O presidente da Assembleia, Carlos Amorim, referiu que o regimento é explícito sobre quando e como deve ser feita a intervenção do público, no entanto não via inconveniente que o assunto em questão fosse aberto a intervenção do público. -----

-----A Assembleia conclui que deveria ser o executivo a aprovar a desagregação das freguesias e colocar a aprovação na Assembleia de Freguesia para que se possa dar início aos procedimentos necessários para a desagregação.-----

-----Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a **2º Sessão Ordinária da Assembleia da União de Freguesias**, pelas vinte e duas horas, da qual se lavrou a presente Ata que depois de lida e aprovada, será assinada. -----

**Presidente:** 

**1º Secretário:** Rui Miguel dos Santos Baptista

**2ª Secretária:** Ivete Pereira